

2

A comunhão como eixo integrador das dimensões da Igreja

A Igreja como corpo místico de Cristo encontra Nele mesmo seu grande fundamento e realização e manifesta na comunhão sua essência.

Jesus é o Bom Pastor, ele não estabelece diferença entre os homens, ao contrário, procura abarcá-los, lhes dando sua amizade: “Não vos chamo servos, mas amigos” (Jo 15,15). E garantindo a todos a vida eterna: “Eu vim para que tenham a vida e a tenham em abundância” (Jo 10,10). Esse jeito congregador de Jesus favoreceu a unidade no início da Igreja e a alimenta através dos séculos. O que podemos perceber através das definições de comunhão que segue.

Em sua missão, a Igreja carrega em si, dado aos apóstolos pelo Senhor, “o mandato de pregar o Evangelho a todos os povos”². Temos, assim, um caráter congregador universal que confere à comunhão duas dimensões, vertical e horizontal, visto que esta vem do Pai e é estabelecida pelo Filho na comunidade apostólica para que se multiplique por toda a humanidade. Isto se dá pela busca constante da unidade por parte da Igreja.

A universalidade da comunhão se traduz no dia-a-dia do conjunto dos cristãos nos oferecendo uma visualização sua, ou seja, ela é unidade que demonstra na fraternidade, na vida, na prática.

Portanto, veremos neste capítulo a comunhão em seus diversos aspectos, começando pelas definições, passando por sua essencialidade no que diz respeito à Igreja e chegando à sua condição de elemento integrador universal.

2.1

A definição de comunhão segundo as Sagradas Escrituras

A Palavra de Deus é o fundamento da Igreja. É a partir do conhecimento dos patriarcas, dos profetas e dos discípulos de Jesus que se desperta a disposição

² JOÃO XXIII. Bula Humana *Saltes* In *Documentos do Vaticano II* – Clássicos de bolso. São Paulo: Paulus, 2001, p.9.

de seguir a um Deus vivo, presente em nossa história e agindo constantemente nas vidas das pessoas. O cristianismo compreende este contato com o Criador através da vida, morte e ressurreição de Jesus, a partir da obra dos evangelistas. Assim como toda a experiência de fé que podemos perceber, sobretudo no Apóstolo Paulo, em sua história de conversão (cf. At 9,1-9) e de posterior dedicação ao anúncio de Jesus aos gentios (cf. At 13,46), a comunhão também se torna presente na vida dos cristãos como uma vontade do Senhor. Ao dirigir-se ao Pai, em oração, Jesus exprime seu desejo de que seus amigos vivam a mesma unidade trina: “(...) a fim de que todos sejam um. Como tu, Pai, estás em mim e eu em ti, que eles estejam em nós, para que o mundo creia que tu me enviaste” (Jo 17,21). Esta ligação direta dos apóstolos ao Mestre, vista por ele mesmo como critério para o êxito da missão a estes confiada, faz do anúncio apostólico uma continuação do projeto do Reino dos Céus, é a garantia de que nada daquilo que Jesus iniciara se perderia pelo processo de existência dos seus apóstolos. Estando, pois, ligados constantemente à sua origem “que sejam um como nós” (Jo 17,11b), os anunciadores do Reino poderiam multiplicar melhor o número dos seguidores de Jesus pelos quais também se dirige ao Pai em sua oração: “Não rogo somente por eles, mas pelos que, por meio de sua palavra, crerão em mim” (Jo 17,20).

A comunhão é unidade plena, pois se estabelece como vontade do Senhor (cf. Jo 17,23), nele fundamentada e é acolhida pelo Pai como um veículo importante para a difusão do seu desejo de que nenhum ser humano se perca, conforme diz o evangelho segundo Mateus: “Assim também, não é da vontade de vosso Pai, que está nos céus, que nenhum destes pequeninos se perca” (Mt 18,14). Dessa forma, o elo fundamental que une os apóstolos ao Pai é Jesus,³ e dele emanam a coesão e a força necessárias para que a salvação chegue com uma só essência, o próprio Cristo e seus ensinamentos, a todos os lugares:

Toda a autoridade sobre o céu e sobre a terra me foi entregue. Ide, portanto, e fazei que todas as nações se tornem discípulos, batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo e ensinando-as a observar tudo quanto vos ordenei. Eis que eu estou convosco todos os dias, até a consumação dos séculos (Mt 28,18-20).

³ Jesus nos dá a entender que todos os discípulos já pertenciam ao Pai e que lhe forma entregues como missão de transformá-los em instrumentos do Criador em sua obra de salvação por meio do conhecimento, por parte da humanidade, daquilo que lhe satisfaz. Em sua oração o Senhor presta contas desta missão conferindo aos discípulos a condição de quem de fato está apto a realizar a tarefa a eles destinada (Cf. Jo 17,6-8).

Esta mensagem consiste em tornar conhecidos Deus e seu enviado, Jesus: “Ora, a vida eterna é esta: que eles te conheçam a ti, o único Deus verdadeiro, e aquele que enviaste, Jesus Cristo” (Jo 17,3).

Esta ligação estabelecida por Jesus, nele mesmo, entre o Pai os seus discípulos, confere à sua Igreja a natureza divina: “... rogarei ao Pai e ele vos dará outro Paráclito, para que convosco permaneça para sempre” (Jo 14,16) e não por força da vontade humana, mas por decisão do próprio Mestre que diz: “Não fostes vós que me escolhestes, mas fui eu que vos escolhi e vos designei para irdes e produzirdes fruto e para que o vosso fruto permaneça...” (Jo 15,16). Também por essa via, o Apóstolo Paulo busca situar os seguidores do Senhor, afirmando que “... nós é que somos o templo do Deus vivo...” (2Cor 6,16), estabelecendo relação profunda entre os fiéis e seu Deus, aconselhando aos primeiros que sejam imitadores de seu criador (cf. Ef 5,1) e se considerem como um corpo que, embora dotado de diversos membros, não abandona a unidade que o constitui, sobretudo como forma de autopreservação (cf. Rm 12,4-5; 1Cor 12,12-26). Também, segundo Paulo, o conjunto dos seguidores de Jesus compõe o seu corpo: “Ora, vós sois o corpo de Cristo e sois os seus membros, cada um por sua parte.” (1Cor 12,27), sendo o próprio Cristo a cabeça da Igreja (cf. Ef 1,22; 5,23; Cl 1,18) e, portanto, tornando-se a fonte de toda a sabedoria que deve orientar a missão eclesial, ratificando a perfeita comunhão que se constitui em sua essência.

A comunhão compreendida a partir destes textos bíblicos é, de fato, a própria Trindade⁴. Ela se mostra como um elo estreito das três pessoas divinas e a todo instante, nos é apresentada por Jesus como algo que emana do próprio Deus. A Igreja é vista como uma comunhão com o Pai por Cristo no Espírito Santo e, com os irmãos e irmãs⁵.

Em primeiro lugar, o Senhor se coloca diante de Deus Pai como alguém que não é capaz de se autoglorificar, mas coloca em primeiro plano aquele do qual tudo provém, aquele que se encontra acima de tudo e de todos, à espera que dele emane a perfeita glorificação (cf. Jo 17,1-3). Isto porque Jesus se compreende enviado por Deus e, portanto, condicionado à vontade daquele que o enviou (cf. Jo17, 3.5.7.8.10).

⁴ O três evita a solidão, supera a separação e ultrapassa a exclusão. Cf. BOFF, Leonardo. *A Trindade, a Sociedade e a libertação*. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 13.

⁵ Cf. ALMEIDA, A.J. *Sois um em Cristo Jesus*. São Paulo: Paulinas; Valência: ESP. Siquem, 2004, pp. 175-176.

Em segundo lugar, Jesus estabelece uma hierarquia que marca toda sua oração, onde o Pai distribui ao Filho de si mesmo e o Filho redistribui aos seus amigos daquilo que recebeu do Pai:

“E agora, glorifica-me, Pai, junto de ti, com a glória que eu tinha junto de ti⁶ antes que o mundo existisse. Manifestei o teu nome aos homens que do mundo me deste. Eram teus e os deste a mim e eles guardaram a tua palavra” (Jo 17,5-6). Por meio dos ensinamentos de Jesus, os apóstolos conheceram a Deus e dele deram testemunho segundo a origem divina do Senhor. Portanto, a palavra do Pai fala em Jesus e se multiplica nos seus apóstolos.

Por fim, a unidade presente na vida da Igreja de Jesus é elemento fundamental da missão apostólica, na medida em que se torna, segundo palavras do Mestre, em condição para o reconhecimento, por parte dos demais homens, da origem divina do Cristo (cf. Jo 17, 23). E desse reconhecimento surge o acontecimento de Pentecostes (cf. At 2,37-41) que se estende ao longo dos séculos aumentando no mundo inteiro o número dos que creem em Jesus, o Senhor.

Dessa forma, a comunhão é unidade do Filho com o Pai, onde o Senhor deseja incluir seus amigos (cf. Jo 15,15) a fim de que seu testemunho seja vivo e contagiante. Esta ligação constante entre o Pai e o Filho, a qual os apóstolos têm como referência, torna-se paradigma da comunhão eclesial quando esta, como visto anteriormente, procura situar a hierarquia a partir daquele que sucede a Pedro, o apóstolo que Jesus escolheu como o pastor de todo o seu rebanho. O que vem de Jesus vem do Pai e, portanto, deve ser acolhido, tanto pelos homens responsáveis pela doutrina, como por aqueles que estão aos seus cuidados, os fiéis leigos. Fica, assim, configurada a base da hierarquia presente na Igreja: Deus é o centro de tudo, do qual todas as coisas provêm. Jesus vem de junto de Deus e o dá a conhecer aos seus apóstolos que multiplicam tal conhecimento entre todos os homens e mulheres que livremente o desejarem, ainda de acordo com Pentecostes (cf. At 2,29).

Por sua própria natureza, de algo desejado por Jesus (cf. Mt 16,13-19), a Igreja não pode ser pensada fora do ambiente de comunhão expresso na missão de Jesus e de seus apóstolos. Em primeiro lugar, por que a Igreja compreende o

⁶ A nota “f” da Bíblia de Jerusalém apresenta as seguintes variações: “a glória que existiu junto de ti” ou “a glória da qual eu existo” ou “a glória junto de ti”. Mesmo com suas diferenças, tais variações giram em torno da mesma ideia, isto é, a comunhão existente entre Pai e Filho. Cf. *BÍBLIA de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 1996.

conjunto de seguidores do Senhor. Em segundo lugar, por que a sua manutenção depende desta unidade que é favorecida, sobretudo pela Sagrada Escritura, pela Tradição e pelo Magistério, pilares que se estendem ao longo dos séculos como fontes dos ensinamentos daqueles que testemunharam a vida do Senhor e dele receberam a missão, segundo o apóstolo Paulo, de manter viva a mensagem de salvação para todos os povos a fim de que se convertam: “compentados, pois, do temor do Senhor, procuramos convencer os homens (...). Visto que somos colaboradores com ele...” (2Cor 5, 11.6,1). Essa atitude de assumir o pastoreio da humanidade em consonância evangélica produz comunhão por inserir a Igreja no mundo e na história, visto que os homens aos quais se destina a mensagem de salvação não se encontram reunidos ainda em assembleia, mas dispersos pelo mundo. E a Igreja reflete sobre tudo isso em seu dia-a-dia, o que veremos a seguir no que diz respeito ao Concílio Vaticano II.

2.2

O conceito de comunhão segundo o Concílio Vaticano II

Os documentos do Concílio Vaticano II⁷, nos auxiliam na busca de uma definição de *koinonia* que não se esgota em uma explicação simples e objetiva, mas abrem o horizonte para uma compreensão ampla da relação entre aqueles que compõem o povo de Deus. Trata-se de uma renovação eclesial e de busca de fomentação da união entre os cristãos.

A Constituição Dogmática *Lumen Gentium*⁸ oferece inicialmente uma visão da Igreja como comunhão fundada na unidade trinitária, onde o Pai, o Filho e o Espírito Santo, agindo de forma independente se fazem presentes na concepção, realização e manutenção do povo de Deus.

Consumada a obra que o Pai confiara ao Filho para que ele a realizasse na terra (cf. Jo 17,4), no dia de Pentecostes foi enviado o Espírito Santo para santificar continuamente a Igreja e assim dar aos crentes acesso ao Pai, por Cristo, num só Espírito (cf. Ef 2, 18) (...)⁹.

⁷ O Concílio Vaticano II nos aponta para duas dimensões, pois ele não é só Letra, mas também Espírito. O espírito conciliar acha-se, porém, de fato, objetivado, nos textos, conciliares e é a esses textos que se deve interrogar quando se quer conhecer o pensamento do Concílio, a menos que se queira ceder a aspirações interpretativas. Cf. ALMEIDA, A.J. *Teologia dos ministérios não-ordenados na América Latina*. São Paulo: Loyola, 1989, p.17.

⁸ Essa terá como finalidade voltar-se para a Igreja em si mesma explorando sua dimensão de mistério.

⁹ LG 4.

Estas palavras demonstram o caráter coesivo da ação da Santíssima Trindade que reúne os homens segundo sua própria unidade, conforme palavras de São Cipriano: “... o povo congregado na unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo”¹⁰. Esta congregação funde a Igreja em dois elementos, “o humano e o divino”¹¹ e cria o caráter universal de povo de Deus. Igualmente, o Papa Paulo VI afirma que a Igreja é “um mistério. É uma realidade imbuída da presença oculta de Deus. Está, por conseguinte, na própria natureza da Igreja manter-se sempre aberta a uma nova e cada vez mais ampla exploração”¹². Essa abertura amplia uma área de atuação que faz com que, apesar de dispersos pelo mundo, homens e mulheres, ao professarem sua fé no Senhor, constituem-se numa identidade única, a de crentes, de Igreja católica profundamente marcada pela perfeita harmonia (cf. Jo 17,23).

Sim, perfeita, por emanar do próprio Deus, que não precisa de qualquer tipo de retoque, visto ser completo.

As considerações acima nos mostram a comunhão como resultado da unidade que orienta as ações da Santíssima Trindade quando da fundação da Igreja. A unidade está na condição da Trindade e por isso contagia a comunidade dos fiéis. Isso se compreende pela mística do evangelho que leva aqueles que comungam da mesma fé, por exemplo, se tratarem como irmãos, tendo como vínculo maior Jesus Cristo. Logo podemos perceber que a comunhão radica-se na Igreja como “Templo do Espírito”¹³.

A partir do sentido de catolicidade é possível compreender o esforço conciliar, expresso de forma veemente no Decreto *Unitatis Redintegratio* sobre o Ecumenismo no sentido de estabelecer uma relação mais estreita com os “irmãos separados”¹⁴ cuja configuração passa pela disposição dos confessionalmente católicos em buscarem um diálogo amistoso: “É, sem dúvida, necessário que os fiéis católicos, na ação ecumênica, se preocupem com os irmãos separados, rezando por eles, comunicando com eles sobre assuntos da Igreja, dando os primeiros passos em direção a eles”. Essa atitude é estimulada pela *Lumen Gentium* quando apresenta pontos convergentes entre cristãos católicos e não

¹⁰ SÃO CIPRIANO *Apud* LG 4.

¹¹ LG 8.

¹² PAULO VI *Apud* DULLES, A. *A Igreja e seus modelos*. São Paulo: Paulinas, 1978, p. 14.

¹³ Cf. LG 12, §2.

¹⁴ Cf. UR 3.

católicos¹⁵. Uma forma de considerarmos os pontos que unem os cristãos é pensarmos primeiro na fonte do conhecimento que têm do Cristo e de sua mensagem, a Palavra de Deus. Depois vem a própria mensagem em si, que embora aponte traços ideológicos no que diz respeito a traduções e a níveis de importância produzindo uma noção de divergência, tem como tema a salvação que é desejo de todos os cristãos. Também se deve levar em conta a filiação divina da qual julgam fazer parte tanto um grupo quanto outro. Comunhão, portanto, é aqui a harmonia que se estabelece entre pessoas cultural e ideologicamente separadas por um elo cuja importância supera todo desentendimento. Isso se dá através do diálogo, definido pelo Cardeal Dom Aloísio Lorscheider na apresentação do livro *Concílio Vaticano II – análise e prospectivas* como “o testemunho dado de uma convicção íntima de fé, com a disposição de ouvir o testemunho de fé do outro”¹⁶. A partir dessa audiência mútua podemos chegar aos pontos convergentes de nossa fé e minimizar os divergentes.

A postura dialogal permite perceber que Jesus é o elo harmonizador entre os cristãos e procurou organizar sua Igreja de forma que ela seja perene. Em seu capítulo III, nº 18, a *Lumen Gentium* recorda a referência para a manutenção da comunhão que fundou o “novo povo de Deus”¹⁷. A exemplo da unidade trinitária, o Senhor buscou atribuir missões a seus discípulos (cf. Lc 9,1-6; Lc 10,1-12), dando a Pedro o múnus de liderança sobre aqueles que iniciariam a difusão dos ensinamentos e da história do povo de Deus. Tanto Pedro, como os demais apóstolos se tornaram ministros, fiéis servidores de Jesus e do povo por ele congregado a fim de que todos alcancem o objetivo final de sua peregrinação: a salvação.

Seguindo a linha da perenidade da Igreja de Jesus, encontramos no sucessor de Pedro e nos sucessores dos demais apóstolos, os bispos, a continuidade da missão de sua ordem e expansão. A respeito do ministério episcopal, entre outras coisas, a *Lumen Gentium* afirma que “... a consagração episcopal confere ainda os ofícios de ensinar e de governar, que, por sua natureza, não podem exercer-se senão em comunhão hierárquica com a cabeça e com os

¹⁵ Cf. LG 15.

¹⁶ LORSCHIEDER, A. Apresentação In GONÇALVES, P. S. L.; BOMBONATTO, V. I. (Org.). *Concílio Vaticano II – Análise e prospectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 6.

¹⁷ Cf. LG 13.

membros do colégio”¹⁸. Assim sendo, o ministério por si só não confere autoridade àquele que o exerce, mas é necessário, sobretudo, que este tenha consciência da existência de um ponto de convergência e esteja disposto sinceramente a ele submeter-se. Com isso, a comunhão, também nos é apresentada como coerência no exercício de organização e orientação a partir de um ponto de partida e ao mesmo tempo de chegada.

Com o auxílio de colaboradores por ele instituídos através do sacramento da ordem, cada bispo procura orientar o povo de Deus, fazendo com que este se multiplique e tenha alimentada sua fé, mantendo intacta a doutrina de Cristo, cabeça da Igreja¹⁹.

Igualmente, a Constituição Dogmática *Dei Verbum* nos fornece uma visão de comunhão como integração, porém essa apresentação fala da união entre a Sagrada Tradição, a Sagrada Escritura e o Magistério da Igreja. Ela ressalta a necessidade de atuação coesa desses três elementos a fim de que exista eficácia naquilo a que se propõem e para sua própria manutenção: “... uma coisa sem as outras não se mantém, mas juntas, cada uma a seu modo, sob a ação de um só espírito, colaboram eficazmente para a salvação das almas”²⁰.

Esta afirmação nos permite perceber que, a exemplo da Santíssima Trindade, as diferenças nas atribuições não supõem ausência de unidade ou dificuldade substancial para sua existência.

Da mesma forma que a Sagrada Tradição, a Sagrada Escritura e o Magistério da Igreja, com seus respectivos valores e dentro de suas individualidades, se completam a ponto de se tornarem indissolúveis, espera-se que também os crentes, busquem uma firme unidade. Com isso, características culturais, sociais, limitações e potencialidades individuais podem, em lugar de afastar pessoas, podem contribuir para o auxílio mútuo, a solidariedade, e, sobretudo, testemunhar mais ostensivamente a origem da fé pelos cristãos professada. Dessa forma, é possível se criar a grande comunidade dos fiéis ao Senhor.

¹⁸ LG 21.

¹⁹ Cf. LG 25.

²⁰ DV 10.

A expressão do conjunto dos seguidores de Jesus como comunidade se encontra na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*²¹ como expressão da própria natureza de Cristo.

Desde o começo da história da salvação, ele próprio escolheu os homens, não só como indivíduos, mas como membros de determinada comunidade. Com efeito, manifestando seu desígnio, chamou a esses escolhidos o seu povo (cf. Ex 3,7-12), e com ele estabeleceu aliança no Sinai.

Esta índole comunitária aperfeiçoa-se e completa-se com a obra de Jesus Cristo. Pois o próprio verbo encarnado quis participar da vida social dos homens. Tomou parte nas bodas de Caná, entrou na casa de Zaqueu, comeu com os publicanos e pecadores. Revelou o amor do Pai e a sublime vocação dos homens, evocando realidades sociais comuns e servindo-se de modos de falar e de imagens da vida de todos os dias. Santificou os laços sociais e antes de mais nada, os familiares, fonte da vida social; e submeteu-se livremente às leis de seu país. Quis levar a vida própria dos operários do seu tempo e da sua terra²².

Da mesma forma que não desejou agir isoladamente, o Senhor, cabeça da Igreja, transmite aos seus seguidores, com seu exemplo, que sua missão consiste inicialmente na aproximação mútua uns dos outros. Logo, comunhão é o encontro e a interação entre os homens e mulheres que formam o povo de Deus.

A partir do Concílio Vaticano II temos uma definição de comunhão como unidade que emana da Santíssima Trindade. Também entendemos comunhão como elemento estabelecedor da coerência que exige a organização e condução relação orientada pelo desejo de se viver e agir em conjunto não obstante as individualidades.

Embora o Concílio nos permita esta definição de comunhão da Igreja. E por uma questão de coerência, a comunhão nos conduz à necessidade de entendermos como irmãos todos aqueles que professam a fé em Jesus a ponto de procurarmos viver amistosamente. Por fim, a comunhão também se define como o encontro e a interação entre pessoas. Numa palavra, ainda que simplificada, a comunhão não é uma realidade simples de se vivenciar por parte daqueles que constituem o povo de Deus, Lafont nos aponta um caminho:

(...) no plano de cada Igreja particular, articular as diversas instituições cristãs definidas pelos estados de vida e pelas diaconias, de tal maneira que persigam com perseverança o caminho da santidade e do testemunho e, Deus querendo, consigam de algum modo uma nova evangelização. No plano da comunhão das Igrejas e na Igreja universal, importaria desenvolver a colegialidade não só dos bispos, mas das comunidades, reencontrar formas de conciliaridade, inventar em torno da Igreja de Roma, Centro de comunhão e de seu bispo, instituições ágeis; estas favoreceriam a convergência de todas as igrejas rumo ao Reino e viriam em

²¹ Irá trabalhar sobre a realização dessa Igreja no mundo.

²² GS 32.

auxílio daquelas entre elas que não pudessem, por outros meios mais limitados, superar dificuldades passageiras²³.

E o próprio Cristo roga ao Pai em favor de seu povo para que este supere as dificuldades e se esforce em torno da unidade. Como já visto aqui ao tratarmos da análise da comunhão a partir do capítulo dezessete do Evangelho segundo São João. Se encontrarmos este aspecto do seguimento de Jesus, o conseguimos mediante a vontade divina que deseja a unidade e a promove tendo como paradigma sua própria essência. Como herdeiros do Cristo, os apóstolos tratam de redistribuir aquilo que dele receberam e assim promovem a multiplicação da unidade. Temos, portanto, uma visão bidimensional da comunhão.

2.3

A dupla dimensão da comunhão

As palavras de São Cipriano²⁴ deixam margem à consideração da comunhão como uma via que compreende a todos os seguidores de Jesus como dignos da herança de filhos de Deus (cf. Jo 1,12). Essa consideração encontra força nas caracterizações da Igreja nas palavras do apóstolo Paulo, como encontramos em Wiedenhofer:

“Corpo de Cristo”, “povo de Deus” e “templo de Espírito Santo” são em Paulo caracterizações alternativas da Igreja no quadro de sua experiência básica e de sua tarefa fundamental e no contexto experimental da fundação de comunidades. Comunidades começam surgir quando o apóstolo proclama o Evangelho salvador de Jesus Cristo e os interpelados aceitam na fé esse Evangelho. Comunidades tomam forma plena quando os participantes da celebração da Eucaristia, por meio de sua participação conjunta no corpo e sangue de Cristo, são unificados de tal maneira com o Cristo crucificado e ressurreto que eles próprios são “corpo de Cristo”, que eles são fundidos por seu Espírito em uma comunhão²⁵.

E favorecem consideração da comunhão como bidimensional, donde se verificam verticalidade e horizontalidade.

²³ LAFONT, G. *Imaginar a Igreja Católica*. São Paulo: Loyola, 2008, p. 259.

²⁴ Cf. LG 4.

²⁵ WIEDENHOFER, S. *Eclesiologia* In SCHNEIDER, T. (org.). *Manual de Dogmática* – vol. II. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 68.

2.3.1

A dimensão vertical

Como vimos na definição de comunhão a partir de textos bíblicos, a comunhão é de natureza essencialmente divina, visto que Pai, Filho e Espírito Santo são indissociáveis e isto é frequentemente testemunhado pelos evangelistas e pelas cartas dos apóstolos do Senhor. A dimensão vertical da comunhão compreende o ponto da qual esta unidade plena emana, o próprio ser divino. A imagem de Cristo, “cabeça da Igreja” (cf. Cl 1,18), reflete a verticalização da relação entre o ser divino e as coisas terrenas, estando estas, condicionadas por aquelas, conforme nos diz o Apóstolo Paulo: “Ele nos destinou para sermos seus filhos adotivos por Jesus Cristo, conforme o beneplácito de sua vontade” (Ef 1,5). É Deus, de livre iniciativa, quem decide tomar para si a filiação da humanidade. Também é o Criador quem determina a purificação de todo o gênero humano, por meio de Jesus, presença física do Pai:

E é pelo sangue deste que temos a redenção, a remissão dos pecados, segundo a riqueza de sua graça, que ele derramou profusamente sobre nós, infundindo-nos toda sabedoria e prudência, dando-nos a conhecer o mistério da sua vontade conforme decisão prévia que lhe aprouve tomar (Ef 1,7-9).

Para Irineu a *koinonia* é a comunhão de Deus com o homem. E nos diz essa é concreta e tem valor salvífico de comunitário, pois vem de uma comunhão (a do Filho com o Pai na vida trinitária), vai para uma comunhão (a do homem com o Pai na graça glorificante), e passa por uma comunhão (a do Filho com o homem em Cristo Jesus)²⁶. Assim, a comunhão vista sob o prisma da leitura bíblica, a exemplo da salvação, traz em si a qualidade de graça de Deus, para os homens.

2.3.2

A dimensão horizontal

A partir do momento em que reúne em torno de si pessoas e lhes confere o múnus do anúncio salvífico, o próprio Jesus lhes dá a identidade de seus legítimos

²⁶ Cf. IRINEU *Apud* TILLARD, J. M. A Teologia subjacente à Constituição da Igreja e os valores terrestres In BARAÚNA, Frei Guilherme, O.F.M. (org.). *A Igreja no mundo de Hoje*. Petrópolis: Vozes, 1967, p. 228.

representantes e, portanto, corresponsáveis no que concerne à ampliação e manutenção da Igreja. Assim, todos têm o mesmo valor (cf. Jo 17,20) na caminhada rumo à “presença glorificadora do Pai” (cf. Jo 17,3).

A Igreja empreende uma tentativa frequente de horizontalizar as relações como afirma a *Lumen Gentium*:

(...) os leigos são chamados de modo especial a tornar presente e operante a Igreja naqueles lugares e circunstâncias, onde ela só por meio deles pode vir a ser sal da terra. Assim todo o leigo, por virtude dos dons que recebeu, é testemunha e ao mesmo tempo instrumento vivo da missão própria da Igreja “segundo a medida do dom de Cristo” (Ef 4,7)²⁷.

Ratzinger buscando superar as desigualdades que não combinam com a pregação evangélica afirma que “(...) todos os que chegam à fé em um determinado lugar pertencem à mesma Eucaristia: pobres, ricos, letrados e iletrados, gregos, judeus, bárbaros, homens e mulheres – onde o Senhor chama, essas diferenças já não contam”²⁸. Portanto, a Trindade congrega seres humanos sem fazer entre eles qualquer tipo de acepção e, embora a organização requeira uma hierarquia, todos têm fundamental importância na missão da Igreja: “O essencial do mistério da Igreja é que ela seja uma comunhão com o Pai por Jesus Cristo no Espírito Santo, e que viva em comunhão fraterna”²⁹.

A Igreja é essencialmente comunhão, ela está em toda comunidade formada pelo espírito do Senhor e Cristo Jesus e representa, no Concílio Vaticano II, “a linha do horizonte na qual se destacam as grandes afirmações sobre a Igreja e sua missão”³⁰. Apesar de todas as considerações conciliares que nos permitem definir a comunhão, Tillard acredita que o Concílio poderia ter explorado melhor a questão, o que nos impele a retomar algumas palavras contidas nos documentos do Concílio a fim de estabelecermos diferenças entre o que propõe o teólogo e o que oferece o esforço conciliar³¹.

De acordo com a *Lumen Gentium*, a Igreja é concebida por Deus e se realiza em Jesus com a força do Espírito Santo:

(...) Aos que acreditam no Cristo quis convocá-los na santa Igreja, a qual, tendo sido prefigurada já desde a origem do mundo e preparada admiravelmente na história do povo de Israel e na antiga aliança, foi fundada ‘nos últimos tempos’ e

²⁷ LG 33.

²⁸ RATZINGER *Apud* LORSCHIEDER, A. *Vaticano II – 40 anos depois*. 2ª ed., São Paulo: Paulus, 2006, p. 44.

²⁹ *Ibidem*.

³⁰ TILLARD, J.M. *Iglesia de Iglesias*. Salamanca: Verdad e Imagem, 1999, p. 9.

³¹ Cf. *Ibidem*.

manifestada pela efusão do Espírito, e será consumada em glória no fim dos séculos³².

E continuando com “A missão do Filho”³³, a constituição conciliar considera o sacramento eucarístico como fonte de unidade dos fiéis, constituintes de um só corpo em Cristo (cf. 1Cor 10,17) para cuja união todos os homens são indistintamente chamados (cf. At 2,39; Ef 2, 17-19). Para tanto, o Pai promove a santificação da Igreja através do Espírito Santo:

(...) dá a vida aos homens mortos pelo pecado, até que um dia ressuscitem em Cristo os seus corpos mortais (cf. Rm 8,10-11). O Espírito habita na Igreja e nos corações dos fiéis, como num templo (cf. 1Cor 3,16; 6,19): neles ora e dá testemunho de que são filhos adotivos (cf. Gl 4,6; Rm 8,15-16 e 26). Leva a Igreja ao conhecimento da verdade total (cf. Jo 16,13), unifica-a na comunhão e no ministério, dota-a e dirige-a com diversos dons hierárquicos e carismáticos, e embeleza-a com os seus frutos (cf. Ef 4,11-12; 1Cor 12,4; Gl 5,22). Faz ainda rejuvenescer a Igreja com a força do Evangelho, renova-a continuamente e eleva-a a união consumada com seu Esposo³⁴.

A Santíssima Trindade dá, portanto, à Igreja, de sua própria característica no que tange à comunhão. Ainda que o Pai, o Filho e o Espírito Santo sejam apresentados pela *Lumen Gentium* com atribuições distintas, percebemos a complementação de uma atividade pela outra, visto que agem as três Pessoas divinas ao mesmo tempo, já que possuem uma essência comum que implementa o caráter de unidade perfeita (cf. Jo 17, 23). Entre outras coisas, o Concílio Vaticano II se concentra em apontar a origem da comunhão que perpassa todas as dimensões da Igreja, que deve assumir tal concepção originária como parâmetro de construção de uma identidade fundada na mesma unidade que a criou.

Por sua vez, a observação de Tillard parte da ideia de que há estudos importantes sobre a *koinonia* que poderiam ser mais bem aproveitados naquela oportunidade, nos demonstra isso apontando alguns aspectos da eclesiologia de comunhão³⁵.

A comunhão trinitária que funda a Igreja se faz presente em Jo 17,20-21 como um desejo do Senhor em relação àqueles que lhe foram confiados e aos que, por força da missão apostólica se converteriam em seus seguidores. Em sua apresentação do mistério Tillard não menciona o Espírito Santo de forma ostensiva por considerá-lo a força de Deus. Ao afirmar que tudo o que o Pai tem é

³² LG 2.

³³ Cf. LG 1.

³⁴ LG 4.

³⁵ Cf. TILLARD, J.M. *op. cit.*, p. 9.

seu (cf. Jo 16,15), Jesus nos permite a compreensão de sua natureza divina e que através dele é o próprio Criador que distribui de si o sustentáculo da missão da Igreja, segundo Ef 1,14, o Espírito que “é a garantia de nossa herança” e a fonte da verdade como afirma o Evangelho segundo João: “Quando vier o Espírito da Verdade, ele vos conduzirá à verdade plena, pois não falará de si mesmo, mas dirá tudo que tiver ouvido e vos anunciará as coisas futuras” (Jo 16,13). Ao mesmo tempo ele nos lembra que a comunhão só se realiza pela mediação do ministério de Cristo. A Igreja só é *Ekklesia tou Theou* estando no Cristo pascal, mas essa não pode declara-se *Ekklesia tou Christou* se não sente comprometida com o mundo³⁶.

Dessa forma, ao considerarmos a gênese pentecostal da difusão dos ensinamentos e da história de Jesus, admitimos a tradição apostólica como elemento fundamental à vivência da comunhão eclesial, fundamentada na Trindade e à missão, fundamentada no Evangelho. Primeiro, por que os apóstolos receberam do Senhor a força, o Espírito Santo (cf. Jo 20,22), e a redistribuíram (cf. At 2,38). Depois, por que aqueles apóstolos colocaram-se à disposição da missão a partir daquilo que lhes fora anunciado, a Boa Nova, pelo próprio Jesus, Filho único de Deus (cf. Jo 3,16). Com isso, a comunidade fundada em pentecostes, nos mostra que Espírito, testemunho e comunhão pertencem à essência mesma da Igreja³⁷.

A partir das considerações acima chegamos ao que diz a Constituição Dogmática *Lumen Gentium* sobre a organização da Igreja. Ela se dá em duas formas de sacerdócio: o comum dos fiéis e o ministerial ou hierárquico. Esta estrutura favorece e possibilita a inclusão de todos os seguidores de Jesus na missão primeiramente confiada aos apóstolos e por eles distribuída a todos que creem no seu nome. Os leigos devem ser, nos dias de hoje, testemunhas vivas da esperança cristã, eles devem dar razões de sua esperança em tudo o que realizam³⁸. Dentro de uma perspectiva de igual dignidade de todos os cristãos, e a participação também dos leigos, no tríplice *múnus*³⁹ de Cristo.

³⁶ Cf. TILLARD, J. M. A Teologia subjacente à Constituição a Igreja e os valores terrestre In BARAÚNA, Frei Guilherme, O.F.M. (org.). *A Igreja no mundo de Hoje*. Petrópolis: Vozes, 1967, p. 220-226.

³⁷ Cf. TEPEDINO, A. M. Eclesiologia de comunhão: uma perspectiva In *Atualidade Teológica*: Revista do Departamento de Teologia da PUC-Rio, ano VI, nº 11, Maio/agosto 2002, p. 166.

³⁸ Cf. LG 10.

³⁹ O termo *múnus* assume vários sentidos nesse documento: significa ministério, é um ministério a exercer regularmente e corresponde a função. Cf. PEREIRA, Antonio da Silva. *Sacramento da*

Esse eixo integrador da Igreja, a comunhão, não somente está presente na missão dos cristãos, como é peça importantíssima da engrenagem que a sustenta. Esta Imagem se explica pelo fato de considerarmos aquilo que vem do Alto como dom que o Criador dá de si mesmo como afirma Tillard “A unidade interna da comunidade vem de todos – cada um com suas diferenças e singularidade – são incorporados em um corpo indivisível de Cristo, o Senhor (...) o Espírito do Senhor os vinculam em uma *koinonia*”⁴⁰. Ao apontar a *koinonia* como vínculo entre pessoas que, embora marcadas por diferenças fundamentais, estão unidas pela força do Deus vivo em torno da salvação. As diferenças nas atividades entre os fiéis católicos se percebe nas igrejas em que as diversas pastorais se evidenciam mais, como no caso de dioceses da Baixada Fluminense, onde a presença dos leigos se torna bem marcante, sobretudo pela carência de ministros ordenados, o que faz com que o laicato, em muitas vezes, precise auxiliar de maneira mais ostensiva os padres e diáconos. Este comportamento nos permite uma visão de comunhão que emerge da prática e permite ver, de fato, a relação que existe entre os seguidores de Cristo. Relação esta que se dá também entre confissões cristãs diferentes que é o que apontam tanto os documentos do Concílio, quanto considerações de Tillard. No próximo capítulo, uma experiência pastoral nos mostrará que é possível ser Igreja viva em uma sociedade de conflitos.

ordem e Ofício Eclesiástico. Problemática hodierna do sacramento e poder na Igreja. Roma: Libreria Editrice dell' Università Gregoriana, 1969, pp. 246-247.

⁴⁰TILLARD, J.M. *Iglesia de Iglesias*. Salamanca: Verdad e Imagem, 1999, p. 34.